

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.965 - RS (2019/0313793-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : TANISE BARROS SCHMIDT - RS051951
ADVOGADA : MÍRIAM HELOÍSA SANTOS LETTI - RS023217
RECORRIDO : SOMEK - SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES EIRELI
ADVOGADOS : RODRIGO DESIRE SCHROEDER PEREZ - RS054372
FERNANDO MACEDO - RS096247

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por BANCO BRADESCO S/A, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 316-317, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 2971, STJ.

JUROS REMUNERATÓRIOS A Limitação dos juros remuneratórios nos contratos submetidos ao Sistema Financeiro Nacional depende da comprovação da abateabilidade, verificada caso a caso a partir da taxa média de mercado registrada pelo BACEN à época da contratação e conforme a natureza do crédito alcançado, não se caracterizando somente pelo fato da pactuação ser em percentual superior a 12% ao ano.

Verificado que os encargos praticados nos Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida nº 9125156 e nº 9124998 encontram-se em consonância com a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, inviável a revisão pretendida.

Contudo, os encargos praticados na Cédula de Crédito Bancário - Financiamento para 1. AQUISIÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS nº 003.588.234, na Cédula de Crédito Bancário Contá Garantia Simplificada - PJ nº 003.764.592 e nos Contratos de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro nº 008.146.385, nº 007.783.219, nº 007.961.601 nº 008.344.951 e nº 008.344.967 ultrapassam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, cabível a sua limitação ao percentual registrado no período.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida quando pactuada de forma expressa. REsp Repetitivo nº 1.388.972/SC.

Inexistindo previsão expressa nos Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida nº 9125156 e nº 9124998, incabível a incidência do encargo em qualquer periodicidade.

Constatada a previsão da capitalização na forma diária na Cédula de Crédito Bancário - Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº

003.588.234, na Cédula de Crédito Bancário Conta Garantia Simplificada - PJ nº 003.764.592 e nos Contratos de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro nº 008.146.385, nº 007.783.219, nº 007.961.601, nº 008.344.951 e nº 008.344.967, deve ser afastada, uma vez que este Colegiado, de forma unânime, reputa abusiva a modalidade, por onerar excessivamente o consumidor.

Ainda que expressa no contrato a capitalização diária de juros, a cláusula é abusiva, devendo ser considerada nula, em razão da onerosidade excessiva.

DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.

Constatada abusividade contratual nos encargos da normalidade, resta descaracterizada a mora.

REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

Na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento.

NEGATIVAÇÃO.

Observada a orientação jurisprudencial do STJ, constatadas irregularidades na contratação, cabível a proibição ao réu de inscrever o nome do contratante nos órgãos de proteção do crédito.

MANUTENÇÃO NA POSSE DO BEM.

Reconhecida a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade contratual e restando descaracterizada a mora, viável a manutenção do bem na posse do devedor.

SUCUMBENCIA.

Redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 346-356, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 360-364, e-STJ), o recorrente aponta ofensa ao art. 4º, IX, da Lei n. 4.595/1964, 5º da MP n. 2170-36/2001 e 28 da Lei n. 10.931/2004, alegando ser possível a capitalização de juros de forma diária.

Transcorrido o prazo para contrarrazões (fl. 394, e-STJ), e decisão de admissão do recurso especial (fls. 423-433, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar.

1. Insurge-se o recorrente, em síntese, contra o afastamento da capitalização diária dos juros remuneratórios previstos para o período de inadimplemento contratual.

Sobre o tema, o Tribunal local pontuou (e-STJ, fl. 329):

Assim, ainda que expressa no contrato a capitalização diária de juros, a cláusula é abusiva, devendo ser considerada nula, em razão da onerosidade excessiva.

Da análise do excerto acima, verifica-se que a Corte de origem, não obstante ter reconhecido a existência de pactuação expressa da capitalização diária dos juros posterior à autorização legal, não reconheceu a legalidade do ajuste.

Este Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de tratar sobre o tema, fixando a tese em repetitivo, de que *"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."* (REsp 973.827/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Relatora para o Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012.)

Nesse mesmo sentido, os recentes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. **CARTÃO DE CRÉDITO**. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MP 2.170-36/2001. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A eg. Segunda Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, firmou tese no sentido de que: (a) *"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada";* e (b) *"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada"* (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1775108/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 22/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. BANCÁRIO. REVISIONAL. **CARTÃO DE CRÉDITO**. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO PRECEITO LEGAL DITO VIOLADO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. MP 1.963-17/2000, TERMO INICIAL DA RELAÇÃO JURÍDICA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS NºS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Ausente o prequestionamento do art. 6º, VIII, do CDC, sem que o recorrente tenha oposto embargos de declaração, é de rigor a incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

3. O acórdão estadual, com apoio no suporte fático e documental constante

dos autos, expressamente afirmou que os documentos mais antigos a demonstrar a relação jurídica de cartão de crédito remontam a 2002, quando já em vigor a MP 1963-17/2000, de forma que a sua revisão, à luz da fundamentação expendida no apelo nobre, na via do recurso especial, está obstada pela Súmula nº 7 do STJ.

4. Ao reconhecer a possibilidade de pactuação da capitalização após a edição da MP nº 1.963-17/2000 (em vigor como MP nº 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada, o Tribunal de origem decidiu alinhado à jurisprudência desta Corte, o que atrai a aplicação da Súmula nº 83 do STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 647.187/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 22/11/2016)

Assim, verifica-se que a fundamentação do acórdão recorrido não encontra respaldo na jurisprudência desta Corte, razão pela qual impõe-se a sua reforma no ponto para se reconhecer a validade da capitalização diária expressamente contratada.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial a fim de reconhecer a legalidade da previsão de capitalização de juros como pactuada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI, Relator